

Surdez, políticas inclusivas e professores turistas

Deafness, public policies and tourist teachers

Fernanda de Camargo Machado

Mestra em Educação, atua como Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e faz parte do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (GIPES/CNPq).

E-mail: fernanda@ufsm.br

Artigo recebido em 15 de junho de 2011 e selecionado em 13 de agosto de 2012

RESUMO

Este artigo provém de uma pesquisa que teve como foco as políticas públicas com acento na formação de professores de surdos no regime inclusivo. A analítica aproxima-se no arcabouço teórico-metodológico dos Estudos da Governamentalidade, propostos por Michel Foucault, tomando as noções de “dispositivo” e “governamentalidade” como alavancas para a compreensão do papel e atuação do docente de surdos nas políticas inclusivas. Os documentos selecionados para a investigação são materiais/cartilhas/coleções destinadas aos professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental das escolas comuns, no sentido de orientá-los quanto à inclusão educacional de surdos. Este empreendimento analítico apontou a utilização de técnicas que produzem no docente de surdos um perfil profissional conveniente aos anseios neoliberais, de controle e produtividade.

Palavras-chave: Surdez; Políticas Públicas; Formação Docente.

ABSTRACT

This article comes from a survey that focused on public policies with emphasis on teacher education of the deaf in the scheme inclusive. The analytical approaches in the theoretical and methodological studies of governmentality, as proposed by Michel Foucault, taking the concepts of “dispositive” and “governmentality” as levers to understanding the role and performance of teachers of the deaf in inclusive policies. It was researched materials/brochures/collections for teachers of kindergarten and elementary

school of common schools, to guide them as to the educational inclusion of deaf people. This development indicated the use of analytical techniques that produce teachers of the deaf in one convenient professional profile to neoliberal expectations, control and productivity.

Keywords: Deafness; Public Policy Teacher Education.

OS MEANDROS DA PESQUISA

Este artigo é fruto de algumas análises provenientes da Dissertação de Mestrado intitulada “Formação docente na racionalidade inclusiva: práticas de governamento dos professores de surdos”¹. Na condição de professora de surdos e pesquisadora, penso ser necessário discutir acerca do que se fala, do que se espera, de como atua o professor de surdos na proposta inclusiva. Creio ser pertinente discutir os processos de formação docente, bem como os significados tramados em meio ao enredo discursivo da diversidade. Nessa conjuntura, o aluno surdo faz parte do contingente da população nomeado como “pessoa com necessidades educacionais especiais” e, por conta disso, é passível de ser incluído na escola regular. Os professores poderão receber estudantes surdos na classe comum e, para melhor atendê-lo, alguns materiais de formação foram elaborados. Entendo que a formação docente se configura numa mecânica de saber/poder. É importante destacar

¹ Trabalho defendido em 2009, na Linha de Pesquisa Educação Especial do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (PPGE/UFSM), sob orientação da Prof.^a Dra. Márcia Lise Lunardi-Lazzarin e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

que não se trata de um poder violento, mas de um poder consentido, aclamado por quem é alvo de sua ação. Nesse caso, os professores reclamam pelo investimento de poder/saber movimentado pelos processos de formação docente para a inclusão.

A escolha dos documentos se deve à sua crescente disseminação nas escolas de nosso país, tendo em vista os recorrentes pedidos dos próprios professores por materiais que subsidiem aulas inclusivas. Nesta pesquisa, elejo três publicações para problematizar a fabricação de sujeitos docentes no enredo da inclusão. São eles:

- *Projeto Educar na Diversidade*: projeto-piloto do MEC/SEESP, baseado em iniciativa similar realizada no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). No Brasil, teve início em julho de 2005, estendendo-se até dezembro do ano seguinte. Compõe-se de 266 páginas, organizadas em quatro módulos, que se constituem em oficinas de formação docente: Módulo 1 – Educar na Diversidade; Módulo 2 – O Enfoque da Educação Inclusiva; Módulo 3 – Construindo Escolas para a Diversidade; Módulo 4 – Aulas Inclusivas (BRASIL, 2005). Tal projeto é um dos carros-chefe na política de formação de professores para a inclusão, tendo lançado as primeiras pistas que posteriormente viabilizariam a produção de uma grande leva de materiais específicos, entre os quais, os dois outros volumes que analisei;
- *Saberes e Práticas da Inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos surdos*: Publicação do MEC/SEESP de 2006. Possui 116 páginas, que compõem a série de sete volumes que tratam das necessidades educacionais especiais no ensino fundamental. Também se organiza por meio de oficinas de formação, conforme segue: 1 – Conhecendo a Surdez: anatomia e funcionamento do sistema auditivo, conceitos e classificações; 2 – Conhecendo os Dispositivos de Amplificação Sonora: A.A.S.I., Implante coclear e sistema F. M.; 3 – Conhecendo Concepções e Paradigmas do Trato à Surdez e Discutindo Processos e Propostas de Ensino (Educação Monolíngue e Educação Bilíngue); 4 – Sensibilizando o Professor para a Experiência com a Surdez; 5 – A Singularidade dos Alunos Surdos Expressa na Leitura e na Produção de Textos: ensino e avaliação; 6 – Da identificação de Necessidades Educacionais Especiais às Alternativas de Ensino; 7 – Desenvolvendo Interações Sociais Essenciais, no Contexto da Sala Inclusiva. (BRASIL, 2006a);

- *Educação Infantil: Saberes e Práticas da Inclusão – Dificuldades de Comunicação e Sinalização: Surdez (6)*: Volume de 89 páginas, datado de 2006, que integra a coleção composta por oito publicações destinadas a garantir a formação continuada de professores desse nível de ensino. Organiza-se em três partes: Princípios e Fundamentos (O paradigma da educação inclusiva); Conhecendo a surdez e suas implicações (A linguagem e a surdez; A surdez; Identificação de crianças com surdez; Educação bilíngue e sua operacionalização) e Orientações sobre a educação de crianças com surdez (Importância do atendimento a crianças com surdez; Locus e finalidades do atendimento a crianças com surdez; Capacitação/qualificação de professores; Programa de atendimento aos pais e à família; O currículo e as adaptações curriculares na educação infantil de crianças com surdez; Sugestões de atividades que poderão ser desenvolvidas na educação infantil). (BRASIL, 2006b).

Metodologicamente, tomei os materiais de formação docente produzidos nas/pelas políticas de inclusão educacional muito mais do que como subsídios para professores na identificação dos alunos surdos e no planejamento didático que respondam às suas necessidades. Considerei que tais documentos constroem modelos, posições de sujeito, enfim, mediam processos de subjetivação desses alunos e desses professores. Em outras palavras, os documentos em foco disseminam discursos que constituem a realidade da qual falam. Também não objetivei examinar os documentos separadamente, senão tomá-los como uma política de formação de professores.

É relevante salientar que, por se configurar sob o crivo das questões de tendência pós-estruturalista, o propósito deste trabalho não é gerar evidências ou pôr em pauta o mérito desses materiais. O *corpus* empírico é tomado aqui não como documentos de evocação da verdade, mas como monumentos, produtos históricos de determinadas relações de poder. (LE GOFF, 1996).

Nessa direção, verifiquei o caráter produtivo das políticas inclusivas para formação docente em educação de surdos como práticas de governo de si e dos outros na rubrica do Estado de gestão governamental – Estado esse cujos maquinismos operam uma sucessiva modelação das condutas.

Propus-me a estudar os enunciados das políticas de inclusão no campo da formação docente em educação de surdos, aqui tomada como dispositivo de governamentalidade dos sujeitos docentes, tomando de Michel Foucault as noções de “dispositivo” (FOUCAULT, 2007) e “governamentalidade” (FOUCAULT, 2008). Em outras

palavras, almejei problematizar os efeitos de verdade do discurso da formação docente nas/das políticas de inclusão e seus efeitos na constituição e controle dos professores de surdos.

Logo de início, é preciso dizer que não se trata apenas de fazer uma análise da questão governamental pela via de um centralizado poder soberano ou do Estado de Direito; muito menos de construir uma teoria geral sobre poder e governo. Pelo contrário, a leitura foucaultiana objetiva efetuar uma investigação mais pontual e analítica onde a relação entre poder político e sociedade desenrola-se sob a forma de técnicas de vigilância e controle voltadas para os indivíduos, de modo a conduzi-los de maneira contínua e permanente (o que não significa total desvinculação dos métodos de governo político estatal). (SANTOS, 2008, p. 1).

Nesse jogo, pretendi mostrar como os professores de surdos vêm se constituindo no interior de tecnologias de governo alinhadas à racionalidade política neoliberal, tecnologias essas que encontram nesse profissional um foco e um suporte, tanto em práticas de condução da sua própria conduta quanto do controle dos alunos surdos e ouvintes. Nesse percurso, pareceu-me possível uma aproximação da positividade desses processos de formação docente com algumas contribuições do pensamento do sociólogo polonês Zigmunt Bauman. Em outras palavras, tive a ousadia de realizar uma analogia entre os professores de surdos “formados” – ou melhor, em constante formação – pelos discursos da diversidade e a metáfora do turista proposta pelo autor.

Bauman (1998) explica que o turista e o vagabundo são, respectivamente, os heróis e as vítimas da pós-modernidade. Para ele, todos têm um pouco de turistas e de vagabundos. A costura que tento efetuar dá visibilidade a certo tipo de “formação turística” no registro da inclusão/diversidade, baseada na inconstância, nos intermináveis passeios aos espaços exóticos do outro, compensados por uma rápida, porém reconfortante volta para casa, numa política da tolerância, pela hospedagem dos tolerados. Com isso, produzem-se professores que monitoram os sujeitos da diversidade – como os surdos – e se automonitoram moralmente para não se rebelarem contra a presença incômoda desses alunos. Ousaria dizer que parece tratar-se de “professores turistas”, heróis contemporâneos que muito interessam ao Estado neoliberal.

Para tanto, foquei meu olhar na política de formação docente para educação de surdos posta em marcha pelo discurso da inclusão, tendo em vista sua recorrência no cenário educacional brasileiro. Nessa direção, passo à analítica, destacando algumas questões de governa-

mentalidade nos materiais de formação de professores para a inclusão e os efeitos dessas estratégias na constituição e controle dos sujeitos docentes.

RESSONÂNCIAS DAS POLÍTICAS INCLUSIVAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE SURDOS

Na mecânica inclusiva, que tem na diversidade uma das suas justificativas, a formação de professores segue a premissa global de abertura das fronteiras, permitindo e aconselhando uma espécie de formação turística pelo território desses outros alunos que agora ganham a vitrine. Numa sociedade marcada pela rapidez da informação, parece que também os processos formativos precisam ser mais e mais informativos. Daí a urgência histórica de produzir um professor polivalente, que passeia, fotografa, anota o máximo de informações sobre os lugares de todos e de cada um. E quanto mais lugares, melhor. Por isso, é imperiosa a fabricação de um docente flexível e constantemente em formação. Tal dinâmica viabiliza e movimenta a esteira da diversidade.

O eixo da estratégia de vida pós-moderna não é fazer a identidade deter-se – mas evitar que se fixe.

A figura do turista é a epítome dessa evitação. [...] Antes e acima de tudo, eles realizam a façanha de não pertencer ao lugar que podem estar visitando: é deles o milagre de estar dentro e fora do lugar ao mesmo tempo. O turista guarda sua distância e veda a distância de se reduzir à proximidade [...].

O nome do jogo é mobilidade: a pessoa deve poder mudar quando as necessidades impelem, ou os sonhos solicitam. A essa aptidão os turistas dão o nome de liberdade, autonomia ou independência, e prezam isso mais do que qualquer coisa, uma vez que é a *conditio sine qua non*² de tudo o mais que seus corações desejam. (BAUMAN, 1998, p. 114).

Nesse registro, pode-se comparar a educação inclusiva a um sonho com o qual o docente tem a liberdade de se engajar, de compartilhar. Essa espécie de regime turístico, caracterizado na inconstância dos processos de formação - impulsionada, entre outros vetores, pela disseminação de mais e mais alunos a serem conhecidos, visitados - é tomada, nessa lógica, como um caminho heróico e necessário a ser trilhado pelo professor da diversidade.

Com Bhabha (1998), entendo que a diversidade é tomada pelo discurso neoliberal para naturalizar os processos de in/exclusão das diferenças. A diversidade, no registro do neoliberalismo, justifica-se no entendimento de que os seres humanos seriam naturalmente

² Grifo do autor.

diferentes e de que cada uma dessas diferenças misturadas comporia um rico mosaico. A harmonia desse mosaico tornar-se-ia possível pela aceitação das diferenças. Nessa lógica, portanto, a tolerância parece ser uma das principais ferramentas tecnológicas que sustenta a metanarrativa da diversidade:

A formação de novos valores deve partir do respeito às diferenças e do aprender a conviver com o diferente. A igualdade não é o “normal”: todos somos diferentes.

Há necessidade de se ver a pessoa como um todo, respeitar suas diferenças e utilizá-las para a construção de uma sociedade, na qual o somatório das diferenças resulte na construção de um todo mais harmonioso e feliz. Assim sendo, todos têm a contribuir uns com os outros para a construção de um novo homem. (BRASIL, 2006b, p. 12)³.

Nesse recorte, fica visível o quanto a noção de diversidade parece ser uma importante estratégia de governo, tomada pelo regime neoliberal pastoral de forma a aumentar as forças produtivas do Estado, já que a união de cada um em sua diferença é narrada como o caminho para a felicidade coletiva, em que todos aprendem a conviver pacífica e ordenadamente: “as escolas que adotam a orientação inclusiva valorizam as diferenças dos estudantes e a diversidade humana como recursos valiosos para o desenvolvimento de todos na classe e também para o aperfeiçoamento docente”. (BRASIL, 2005, p. 57).

É possível verificar as sanções e interdições do discurso inclusivo no campo da educação. Tal discurso é posicionado como uma verdade, produzindo um estatuto politicamente correto no uso dos termos “diversidade” e “tolerância”, em detrimento de “deficiência”, por exemplo. Como nos explica Foucault (2007, p. 33):

Não se deve fazer uma divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos.

Parece aqui constituir-se um circuito interconectado entre os dizeres sobre diversidade, inclusão e tolerância, circuito este que vem movendo e moldando também os processos de formação de professores no Brasil, já que tais emblemas não interessam mais somente ao campo da educação especial, mas a todas as áreas e níveis de ensino. Todos os professores são convidados a passar por essa rica e exótica miscelânea.

³ Optei pela formatação em itálico para os trechos analisados no sentido de diferenciar das citações em bloco.

Para Bhabha (1998), a diversidade, entendida como variedade e aspecto de igualdade, mascara as diferenças culturais, abortando uma importante peça da discussão, que são as relações de poder conectadas à construção e posição cultural das diferenças. Nessa perspectiva, a diversidade é uma tática de governo que, ao dar visibilidade a todos, opera uma normalização pela inclusão. Assim, o discurso neoliberal ganha força na paleta de cores glorificada pelo multiculturalismo, em que variadas tonalidades se misturam para resultar numa cor só. É nesse eixo que penso ser possível entender a formação de professores generalistas, “preparados” para atender às demandas da diversidade, como um dispositivo de governamentalidade neoliberal que totaliza e individualiza, que mira todos e cada um, tendo no sujeito docente um agente legitimado.

[...] numa perspectiva foucaultiana, o neoliberalismo não representa a vitória liberal do horror ao Estado. Ao contrário do que muitos têm dito – aí incluídos economistas, políticos, sociólogos e a mídia –, não há nem mesmo um retrocesso do Estado, uma diminuição do seu papel. O que está ocorrendo é uma reinscrição de técnicas e formas de saberes, competências, *expertises*⁴, que são manejados por “expertos” e que são úteis tanto para a expansão das formas mais avançadas do capitalismo, quanto para o governo do Estado. Tal reinscrição consiste no deslocamento e na sutileza de técnicas de governo que visam fazer com que o Estado siga a lógica da empresa, pois transformar o Estado numa grande empresa é muito mais econômico – rápido, fácil, produtivo, lucrativo. (VEIGA-NETO, 2000, p. 198).

Assim, formar um professor polivalente é também mais econômico, sendo um estratagema alinhado aos objetivos das sociedades de gestão governamental. Mas sua produtividade ocorre na medida em que esse professor se deixe submeter livremente a tais investimentos de poder. Em outras palavras, na medida em que o docente e também os alunos se preocupem com a inclusão, se comprometam, compartilhem essa tarefa com o Estado, participem, se engajem, visto que

oferecer uma educação que assegure participação e aprendizagem de qualidade para todos os alunos não apenas exige o desenvolvimento da escola como um todo, mas é imprescindível que o processo de melhoria da escola se traduza em mudanças concretas na maneira de conduzir o processo de ensino e aprendizagem na sala de aula. Sem dúvida, a sala de aula e os processos educacionais que envolvem docente – e estudantes – constituem o contexto que explica em grande parte o êxito ou o fracasso acadêmico dos educandos. Portanto, sem dúvida alguma, o resultado educacional é o que definitivamente ex-

⁴ Grifo do autor.

pressa a qualidade da educação e a capacidade que a escola tem (ou não) de potencializar ao máximo a aprendizagem de todos e de cada um dos aluno(a)s. (BRASIL, 2005, p. 65).

Diante desse trecho, é possível problematizar o caráter persuasivo do poder; que posiciona o professor como um parceiro do Estado, como alguém corresponsável pelo grande projeto da sociedade inclusiva. Nesse sentido, sugerir ao docente que se aventure a conhecer o infinito arco-íris da diversidade, numa promessa de ouro ao final do trajeto, é uma das táticas acionadas pelo dispositivo da formação. Tal tática produz esse professor como uma espécie de turista, entendido por Bauman (1998) como um dos heróis da pós-modernidade.

Na vida do turista, a duração da estada em qualquer lugar mal chega a ser planejada com antecipação; tampouco o é o próximo destino. A peculiaridade da vida turística é estar em movimento, não chegar [...]. As escalas são acampamentos, não domicílios. (BAUMAN, 1998, p. 114-115).

Nessa engrenagem, além de muitos álbuns de viagem recheados de informações sobre os ininterruptos *tours* a territórios desses outros que hoje interessam à escola, é preciso que o professor em formação dedique atenção especial a cada álbum, a cada categoria da diversidade. Aqui talvez esteja uma das continuidades da governamentalidade neoliberal em relação ao regime liberal – ou talvez seja mais adequado falar em uma incorporação. Trata-se de uma espécie de agregação da polivalência à *expertise*.

Com isso, creio ser relevante destacar que, nesse jogo, embora uma formação polivalente pareça ser uma tendência contemporânea interessante à demanda neoliberal, a vigilância operada pela *expertise* continua sendo uma forte aliada na ingerência dos sujeitos da diversidade. Dito de outra forma, a sociedade de controle ainda aciona procedimentos disciplinares para dar conta da individualização, que também é imperiosa para a manutenção da racionalidade inclusiva.

Nesse registro, o aluno surdo aparece ainda como alvo da atenção de especialistas, como uma das categorias do grande leque da diversidade. Mais que isso: uma categoria de risco. Por isso, merecedor do olhar atento do professor. E é essa função que os materiais enfatizam, isto é, o quão importante e produtivo para a educação inclusiva é um professor vigilante. Assim, é visível na materialidade analisada a regularidade de expressões como “conhecer”, “observar”, “identificar”.

No processo de diversificação da surdez operado nos documentos, há uma ênfase no conhecimento do sistema auditivo normal, sua anatomia e funcionamento, antes do próprio conhecimento sobre a sur-

dez (BRASIL, 2006a). Paralelizar o aluno surdo em relação ao aluno ouvinte, nesse horizonte epistemológico, dá sentido à noção de diversidade, já que seria praticamente inviável produzir esse mosaico sem colocar cada cabeça em articulação com as demais. É na comparação das margens com o centro que se constituem as relações no terreno da diversidade, produzindo efeitos de sentidos tão assimétricos quanto os dos discursos da deficiência – porém, com técnicas mais sofisticadas, que não utilizam termos como “normal” e “deficiente”, mas criam um novo binarismo, tolerante/tolerado, em que o segundo ainda é o *alter ego* do primeiro.

Assim, as técnicas individualizantes também são acionadas nesse jogo:

O conhecimento sobre as características da surdez permite àqueles que se relacionam ou que pretendem desenvolver algum tipo de trabalho pedagógico com pessoas surdas, a compreensão desse fenômeno, aumentando sua possibilidade de atender às necessidades especiais constatadas. (BRASIL, 2005, p. 15).

Com isso, a inscrição do aluno surdo no campo da diversidade posiciona-o num campo de risco, um campo de ingerência tanto do biopoder quanto do disciplinamento. Um campo que se torna foco de investimento da totalização e da individualização, que parece resgatar, sob a rubrica neoliberal, práticas de governo próximas à modalidade do pastorado, atuando pelo conhecimento e pelo zelo contínuo.

El tema de la vigilia es importante. Hace resaltar dos aspectos de la dedicación del pastor. En primer lugar, actúa, trabaja y se desvive por los que alimenta y se encuentran dormidos. En segundo lugar, cuida de ellos. Presta atención a todos, sin perder de vista a ninguno. Se ve llevado a conocer al rebaño en su conjunto, y en detalle. Debe conocer no sólo el emplazamiento de los buenos pastos, las leyes de las estaciones y el orden de las cosas, sino también las necesidades de cada uno en particular (FOUCAULT, 1996, p. 102-103).

Nessa vigília, mais que ver é preciso prescrever. É necessário constituir uma gama de saberes que permitam ao professor conhecer e reconhecer os sujeitos de risco, entre eles, os surdos, já que “a observação da criança pelo professor é fundamental” (BRASIL, 2006b, p. 45). A fabricação do docente como observador segue em outros trechos:

O TRABALHO DO PROFESSOR

(extraído da cartilha “A deficiência auditiva na idade escolar” – Programa Saúde Auditiva – HRAC/USP)

O professor precisa observar:

- Se a criança apresenta dificuldade na pronúncia das palavras;
- Se a criança aparenta preguiça ou desânimo;
- Se a criança atende aos chamados;
- Se a criança inclina a cabeça, procurando ouvir melhor;
- Se a criança usa palavras inadequadas e erradas, quando comparadas às palavras utilizadas por outras crianças da mesma idade;
- Se a criança não se interessa pelas atividades ou jogos em grupo;
- Se a criança é vergonhosa, retraída ou desconfiada;
- Se fala muito alto ou muito baixo;
- Se a criança pede repetição frequentemente. (BRASIL, 2006a, p. 18).

No eixo *expert* do professor de surdos, além da categorização da surdez entre as demais “necessidades especiais”, há subcategorias a serem conhecidas. Para tanto, as oficinas de formação sugerem o debate de variados estudos de caso:

Será solicitado aos participantes que desenvolvam a seguinte atividade:

Que cada membro do grupo, pensando em sua realidade de sala de aula, selecione um caso de aluno que apresente algum grau de perda auditiva, representando para o professor um problema de ensino (nó crítico de ensino e aprendizagem). [...] o coordenador deverá se manter atento para garantir que cada grupo tenha pelo menos um professor que possa apresentar um caso. [...] Sugere-se que seja discutido, pelo grupo, um caso de cada vez, preenchendo-se, então, o Formulário “Análise e Planejamento da Administração de Problemas no Processo de Ensino e Aprendizagem”. Após o término da análise e da discussão sobre o primeiro caso, cada grupo deve dar a palavra para o participante que vai apresentar o caso seguinte, de forma que sucessivamente todos possam apresentar seus casos, analisá-los e discutí-los no grupo. (BRASIL, 2006a, p. 60).

Nesse processo de prescrição do surdo como sujeito pedagógico diverso, é visível na materialidade a reincidência das questões referentes à língua, ou melhor, às línguas. Há diferentes trechos discorrendo sobre o ensino da Língua Portuguesa oral e da Língua Portuguesa escrita, sobre o uso da Língua de Sinais em sala de aula... Não pretendo me deter aqui nas posições que cada uma dessas línguas ocupa no discurso, tendo em vista que não se constituem no foco desta investigação. Almejo destacar o quanto a priorização da dimensão linguística do aluno surdo é mais uma estratégia de diversificação. Em

outras palavras, a surdez é produzida como uma entre as variedades linguísticas que se manifestam na escola. Nesse sentido, os materiais recomendam ao professor:

Vocábulos novos devem ser sempre apresentados em fichas. Deve-se ensinar o sinal correspondente e apresentá-los com o alfabeto digital para estimular a memória visual e sinestésica da criança. Para que passem a ter significação, deve-se trabalhar com uma grande variedade de jogos: dominó, encaixe, memória e outros. (BRASIL, 2006b, p. 28).

Dessa forma, entendo que é possível problematizar a produção da surdez como uma diversidade linguística a ser conhecida e trabalhada pelo educador como uma tática de governamento exercida no eixo do biopoder e do poder disciplinar. Essa tática tem no professor um agente e um alvo, já que o sujeito docente vai sendo constituído numa prática discursiva inclusiva que encontra na formação polivalente um importante articulador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os materiais analisados, publicados pela SEESP/MEC, produzem e governam o sujeito docente, na medida em que narram como indispensável uma formação generalista, contínua e alinhada com as práticas de tolerância à diversidade. Nessa lógica, particularizam e totalizam o sujeito surdo em relação aos demais alunos a partir de práticas de prescrição e exotização.

Tudo isso posto, parece-me que é possível traçar uma analogia com o pensamento de Bauman, que posiciona os turistas como os heróis contemporâneos. Também na formação docente para a inclusão é possível notar uma espécie de regime turístico: intermináveis viagens – quanto mais registros, melhor –, seguidas de breves – porém, necessários – retornos ao local de partida, antes do início da próxima aventura. Ser um professor turista, nessa tônica, é ser errante, mutável, empresário da própria conduta nas viagens de ida e volta pelos territórios antes desconhecidos dos sujeitos da diversidade. É ser controlado sutilmente pela maleabilidade e fluidez dos processos de formação docente, pelos saberes e dizeres que esse processo produz, pela própria permissão do exercício desse investimento de poder/saber sobre nossa forma de vivenciar a docência no lastro da educação inclusiva.

Neste trabalho, pretendi problematizar as manobras políticas implicadas na formação docente para a diversidade, no sentido de fabricar e governar o professor interessante à engrenagem neoliberal: flexível, polivalente, engajado, autogerenciado e tolerante. Com isso, penso ser possível olhar para a formação de professores para surdos

no contexto inclusivo como um dispositivo de governamentalidade dos sujeitos docentes, sendo produto e produtora de uma racionalidade política do Estado Brasileiro.

Em outras palavras, a formação docente para a diversidade pode ser problematizada como uma estratégia que atende às demandas do neoliberalismo, constituindo o professor de surdos no interior de uma

tecnologia que opera o governo dos outros e o autogoverno. Nessa aparelhagem, a formação parece constituir uma correia táctica que objetiva e subjetiva: trata-se de um elemento que torna a atuação docente um objeto de verdade e que administra a consciência desses professores no sentido de inseri-la em sistemas de utilidade neoliberal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zigmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BRASIL. *Educar na diversidade*: material de formação docente. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 266 p.
- BRASIL. *Saberes e práticas da inclusão*: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. 2. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006a. 116 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão).
- BRASIL. *Educação infantil*: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez. 4. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006b. 89 p. (Coleção Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão).
- FOUCAULT, Michel. *Michel Foucault*: tecnologías del yo y otros textos afines. Barcelona: Paidós, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II*: o uso dos prazeres. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População (1977-1978)*. 1. ed. São Paulo: M. Fontes, 2008.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp, 1996. p. 28-33.
- SANTOS, Rone Eleandro dos. Do governo pastoral à governamentalidade: crítica da razão política em Michel Foucault. In: COLÓQUIO NACIONAL MICHEL FOUCAULT: EDUCAÇÃO, FILOSOFIA, HISTÓRIA – TRANSVERSALS, 1., 2008, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: EDUFU, 2008. 1 CD-ROOM.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme (Orgs.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: NAU, 2000. p. 179-217.